

**CARLOS ALBERTO
REYES MALDONADO**

UNEMAT

**UMA UNIVERSIDADE
PARA O 3º MILÊNIO**

Nilce Maria da Silva
Organizadora



CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO

Partir a terra
para dela surpreender
a chama
no carinho de um ceramista



UNEMAT
UMA UNIVERSIDADE
PARA O 3^o MILÊNIO

**PRODUÇÃO EDITORIAL
EDITORA UNEMAT 2022**

Copyright dos autores, 2022.

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Editora: Maria José Landivar de Figueiredo Barbosa

Diagramação: Potira Manoela de Moraes

Capa: Carlos Alberto Reyes Maldonado

Adaptação da capa: Potira Manoela de Moraes

Dados de Catalogação na Fonte

M244u Maldonado, Carlos Alberto Reyes.


UNEMAT: uma universidade para o 3º milênio / Carlos Alberto Reyes Maldonado; Nilce Maria da Silva (org.). – Cáceres: UNEMAT Editora, 2022. – Cáceres: Editora UNEMAT, 2022. 65p. Livro digital.

ISBN: 978-65-86866-95-7

1. UNEMAT. 2. Ensino Superior. 3. Educação. I. Título. II. Autor.

CDU 378(817.2)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Luiz Kenji Umeno Alencar – CRB1 2037.

 <p>UNEMAT Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado</p> <p>Reitor Rodrigo Bruno Zanin</p> <p>Vice-reitora Nilce Maria da Silva</p>	<p>EDITORA UNEMAT</p> <p>Conselho Editorial Presidente Maria José Landivar de Figueiredo Barbosa</p> <p>Conselheiros Ana Maria de Lima • Carla Monteiro de Souza • Célia Regina Araújo Soares Lopes • Denise da Costa Boamorte Cortela • Fabiano Rodrigues de Melo • Ivete Cevallos • Judite de Azevedo do Carmo • Jussara de Araújo Gonçalves • Maria Aparecida Pereira Pierangeli • Milena Borges de Moraes • Teldo Anderson da Silva Pereira • Wagner Martins Santana Sampaio</p> <p>Suplentes André Luiz Nonato Ferraz • Graciela Constantino • João Aguilar Massaroto • Karina Nonato Mocheuti • Maria Cristina Martins de Figueiredo Bacovis • Nilce Maria da Silva • Ricardo Keich Umetsu • Sérgio Santos Silva Filho</p> <p>Av. Tancredo Neves, 1095 – Cavalhada III – Cáceres-MT – CEP 78217-900 – Fone: (65) 3221-0023 – editora@unemat.br – www.unemat.br</p>
--	---

CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO

UNEMAT

**UMA UNIVERSIDADE
PARA O 3^o MILÊNIO**

**ORGANIZADORA
NILCE MARIA DA SILVA**

**COLABORADORAS
CRISTIANE GANEM MALDONADO BARROS
MARGARETH RAMSAY MALDONADO**

2^a EDIÇÃO



A segunda edição deste livro é resultado de um sonho... um sonho de fazer circular, com ainda mais força, as compreensões de Maldonado - sempre atuais - sobre o Ensino Superior e sobre a Unemat.

Nilce Maria da Silva
(Organizadora)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	07
APRESENTAÇÃO À NOVA EDIÇÃO	14
APRESENTAÇÃO	18
INTRODUÇÃO.....	21

CAPÍTULO I

ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: IMPRESSÕES.....	24
---	----

CAPÍTULO II

REFORMAS NO REGULAR: UMA PROPOSTA DE ULTRAPASSAGEM.....	35
--	----

CAPÍTULO III

REVISÃO CURRICULAR: DA CULTURA DISCIPLINAR À BUSCA DA TOTALIDADE	55
---	----

PREFÁCIO

A obra *Unemat - uma universidade para o 3^a milênio*, de Carlos Alberto Reyes Maldonado, completa 27 anos neste ano. Esta exegese não supera (jamais poderia, sem ser anacrônica) a apresentação que é parte orgânica do próprio livro do Professor Maldonado, concebido e publicado quando o terceiro milênio se desenhava num horizonte próximo, no contexto de um Brasil em pleno processo de redemocratização. Na desprezível apresentação de seu próprio livro, o autor já anunciava temas e desafios que seriam mais tarde definidos como os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, antes mesmo que fossem assim e organizados. No livro de menos de 50 páginas suas linhas e programas, hoje pauta de todas as nações e governos do mundo engajados no compromisso com a vida e com o planeta, descortinam-se como oraculares das necessidades do nosso tempo. E lá e aqui, a Educação é estruturante das demais ações, metas e objetivos globais.

No percurso transformador do celular ao iPad; do vinil ao CD e ao MP; do videocassete ao DVD e

ao Blu-ray; das calculadoras de mão aos notebooks; das origens da internet ao Twitter e ao Facebook; das enciclopédias em grandes livros impressos à Wikipédia e ao Google; do Super-8 ao YouTube; das livrarias convencionais à Amazon e às redes de comércio eletrônico; da televisão em preto & branco aos satélites e à TV por assinatura existiram mentes visionárias, que viam além do tempo e que, sobretudo, eram pessoas apaixonadas por seus ideais e lutaram com todas as forças, superando a descrença e a falta de recursos, para colocar de pé os projetos nos quais acreditavam. Para prof. Maldonado

Com a revolução tecnológica da informática, as noções de distância e tempo passam por uma relativização permanente que converge no sentido de chegarmos à informação em tempo real, por um lado, e à virtualização do espaço e dos movimentos, por outro. Tais fatores encolhem o mundo, agilizam-no, flexibilizam-no, fixando paradigmas novos ao fazer humano que, com o encurtamento do mundo, se distendem e ganham dimensão (MALDONADO, 1995, p. 26).

Hoje, nesse momento recente de superação do lado mais obscuro da pandemia e dos esforços da Unemat para continuar atendendo estudantes, servidores, sociedade, parece um anúncio antecipado de um futuro que se impõe em outros termos.

Apesar da enorme destruição que causou, o conflito entre as grandes potências acabou contribuindo para o desenvolvimento de tecnologias como a comunicação por satélite, a telefonia celular e os chips de computador. O aumento dos investimentos em pesquisas, especialmente no período da Guerra Fria e da corrida espacial (entre as décadas de 1950 e 1970), está por trás da expansão de países como Estados Unidos, Japão, Alemanha e Grã-Bretanha, de onde veio a maior parte das tecnologias que sustentam a indústria eletrônica de consumo. Para Hannah Arendt,

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um **mundo comum** (ARENDR, 2016, p. 25, grifo nosso).

Maldonado exerceu essa tarefa: renovou o mundo comum. O livro é marco na história da Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat. Organiza-se em apenas três capítulos

que orquestram um arranjo que, circunscrevendo questões fundamentais, inicia-se por uma discussão geral sobre a Educação Superior no Brasil seguida da reflexão, diga-se de passagem – muito avante daquele tempo – sobre as modalidades de oferta e, logo, uma desnaturalização do currículo sustentado na lógica disciplinar. A linguagem, política e poética, traduz sua matéria encharcada de humanidade, compaixão, cuidado, compromisso com direitos humanos e responsabilidade com o ambiente e com a vida na sua totalidade. Nesse percurso, educação para Maldonado estava longe de ser concebida apenas como um processo de aquisição do conhecimento, mas, sobretudo, da formação da pessoa humana para exercer em plenitude os seus direitos. Acreditava ele na educação libertadora e transformadora tanto do ser humano quanto da sociedade.

A reedição dessa obra hoje tem sentidos muito diversos, e todos confirmam a visão de futuro que continua a engendrar, mesmo transcorrido um certo tempo; a cosmovisão do pensamento que a projetara se deixa transparecer pela sensibilidade na compreensão de um mundo em que se possa viver juntos sem qualquer tipo de discriminação. Para além disso, a atualidade de sua causa e o processo de rupturas que convoca fazem dessa

obra um exemplar do pensamento vanguardista do Professor Maldonado. Desde o título, a obra se abre à pluralidade e à diversidade. Ao mesmo tempo em que descrevia *uma universidade para o 3º milênio*, o autor apontava para a Unemat – naquele momento, apenas um embrião – que se mostrava arrojada, inovadora e corajosa. Maldonado faz a ela um “apelo”, sorte de projeto estruturado em uma concepção freireana de educação: é preciso fazer a diferença! O livro parte com humildade sem oferecer-se em momento algum como uma voz que postula um único modelo de ensino superior, de universidade. É “uma”. Podem existir outras.

Uma de suas mais relevantes linhas de força é a visão de futuro que, entre realidade e ficção, pode se comparar à capacidade criativa de 1984, de George Orwell. O tempo que virá captado pela antena do autor que não se conforma à estagnação dos conservadorismos e se projeta sempre rumo ao terceiro milênio. Há, no entanto, um aspecto em *Unemat - uma universidade para o 3º milênio* que guarda um sopro utópico regenerante e que nos convoca, hoje, com essa leitura em outro contexto, a atitudes muito mais corajosas que aquelas do passado: a conjuntura da globalização que individualizou os homens e depredou a sua casa comum.

Essas atitudes, anunciadas no subterrâneo do texto do Professor Maldonado, requerem posturas nunca antes navegadas no quadro de um mundo (pós)-pandemia. E a pandemia foi apenas um dos sinais de mudanças planetárias que impactam a vida e o planeta. Na obra, encontramos uma discussão sobre a pesquisa, o saber científico, mas fortemente emanado de outras formas de concepção da vida e do mundo. Deparamo-nos, honrosamente, com a reflexão sobre a importância de aproximações regionais – que, na atualidade, o leitor de Boaventura Sousa Santos é provocado ao falar sobre norte/norte, sul/sul – na construção de epistemologias contextualizadas. Encontramos uma abordagem vanguardista sobre a imperativa urgência de efetivar a extensão como lugar da relação transformadora entre a universidade e a sociedade, averbando o compromisso da ciência e tecnologia com os mais vulneráveis. E sobretudo, encontramos uma espécie de apelo, de condicionamento, de aderência às premissas da vida nas suas mais diversas formas.

A reedição dessa obra é um gesto institucional irrevogável, seja pelo reconhecimento de Professor Carlos Alberto Reyes Maldonado na concepção e construção da Unemat, seja pela atualidade que

impõe em face de uma sociedade onde impera a distopia. Prova de que a educação e a edificação de um mundo justo e para todas as pessoas e formas de vida ainda são possibilidades tangíveis, possíveis e alcançáveis. Prova também de que a esperança e o sonho diurno de Ernest Bloch ainda sustentam e animam nosso trabalho.

*Ana Maria Di Renzo
Vera Maquêa*

REFERÊNCIAS

ARENDET, H. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2016. (Debates 64).

MALDONADO, C. A. R. **Unemat: uma universidade para o 3º milênio**. Cáceres: Edições Aguapé, 1995.

APRESENTAÇÃO À NOVA EDIÇÃO

O livro *Unemat - uma universidade para o 3º milênio*, de Carlos Alberto Reyes Maldonado, publicado em 1995, neste ano é reeditado em sua homenagem pela Universidade do Estado de Mato Grosso-Unemat, pelo reconhecimento de manter atualizadas as suas impressões sobre o ensino superior brasileiro e de prospectar mudanças necessárias e urgentes da estrutura curricular da universidade.

O presente livro pode ser definido como um importante ponto de inflexão que propõe discutir vários aspectos da educação superior com a sociedade e a comunidade acadêmica da Unemat, respondendo a algumas demandas da prática político-pedagógica da Universidade. Como diz o saudoso Professor Carlos Maldonado na primeira Apresentação deste livro, “os capítulos que o compõem são tensões/tentativas de se instalar uma discussão que leve à estruturação perenemente provisória da Unemat [...]”.

Há que se reconhecer no Professor Carlos Maldonado a sua capacidade intelectual, criativa e visionária de aprofundar e debater questões institucionais que o tocavam sensivelmente, dado o

seu caráter de cidadão comprometido com a ética, com a igualdade de ofertas à população vulnerável, com um novo modelo de ensino, e mais que isso, com a (re)democratização do acesso à educação de qualidade pela Unemat.

Os desafios educacionais eram constantes na vida do Professor Carlos Maldonado e o tornaram uma referência na educação de nível superior em Mato Grosso e no Brasil. A escrita desta “brochura”, como designa o livro de sua autoria, é um desses desafios, ao perscrutar a Unemat e prospectar para o mundo acadêmico como fazer educação superior, como promover as mudanças, como ultrapassar os limites do já prescrito para dotar a Universidade de um modelo passível de transformações.

A escolha dos capítulos norteou-se por temas que os intitulam.

O capítulo *Ensino Superior no Brasil: Impressões* tece críticas ao encastelamento da universidade brasileira calcada na constatação de um modelo exposto ao corporativismo, à preservação de privilégios, à negociação salarial, à falta de ideias que, segundo o autor, convergem para a soturnidade de novas ideias. O texto finaliza-se com o seguinte questionamento: é possível sonhar para transformar a realidade que vivenciamos?

O segundo *Reformas no regular: uma proposta de ultrapassagem* discute os desafios da atualidade apontados à sociedade e particularmente à Unemat pela sua função precípua de formação de aluno. O capítulo enuncia questões inovadoras como a tecnologia da informática e a matemática para o ensino atual e aponta mudanças significativas para a ultrapassagem da prática educativa descritas em seis itens, que corroboram, conforme o Professor Carlos Maldonado, com a construção e a organização de um novo modelo de ensino.

O último capítulo *Revisão curricular: da cultura disciplinar à busca da totalidade* apresenta as contradições que ocorrem no planejamento curricular e reverberam na prática do ensino superior. Às contradições descritas são apresentados alguns princípios que buscam facilitar essa ação, orientando a revisão curricular para atingir, em sua totalidade, um modelo ideal de ensino, pesquisa e extensão.

As ideias e proposições futurísticas sobre o papel estratégico da Universidade já vinham sendo alentadas pelo Professor Carlos Maldonado, e neste livro nos convocam a uma reflexão de como se encontra o ensino superior e de como é possível

implementar as mudanças, as ultrapassagens que se fazem necessárias para o fortalecimento do ensino superior.

Finalizando, este livro, embora minúsculo na aparência, configura uma reflexão profunda e criteriosa sobre a Universidade e aponta premissas indispensáveis à formação do aluno e ao enfrentamento das contradições que permeiam o sistema educacional superior.

Neuza Zattar
Novembro de 2022

APRESENTAÇÃO

Conhecer Mato Grosso e favorecer as condições para que Mato Grosso se reconheça na sua diversidade.

Querer uma uni-versidade que se quer multi-verso com os sons e as cores de cada microgeografia.

Fazer diferente não apenas por não querer ser igual, mas por ser necessário.

Espalhar por Mato Grosso a pretensão e a modelagem de um mosaico caleidoscópico sempre disposto à invenção de novas formas, ao descortino de possibilidades de conjugações ainda não experimentadas.

Dispor-se à aventura dos erros e enganos, transpô-los com o desejo da criação e do aprendizado.

No coração da América do Sul, ajudar a nascer a integração latino-americana, integrando-se primeiro às raízes da terra.

Superar as condições sociais de desigualdade e injustiça crendo no processo educativo, na formação de uma geração de curiosos destemidos prontos à aventura do saber. Ser pública nos atos e no espírito.

Caminhar com a educação desde o tracejamento das políticas gerais até a sua aplicação; abrir-se ao ensino fundamental e médio como parceria e consorte - formar professores que auxiliem a criação da utopia de um Mato Grosso pleno.

Os saberes das regionalidades despontam como um desafio a mais de interação universal. Aprendê-los e apreendê-los na constância das trocas; transcender o espaço próprio da academia para expandi-los na comunidade, enriquecê-los nesse contato. Colocar a universidade no banco de escola do povo.

Uma instituição que se queira ver avaliada pela qualidade de vida que conseguir crescer ao cotidiano de onde se encontra. Garantir as condições de reprodução da vida, tratar das práticas predatórias a partir de propostas de utilização sustentada dos recursos naturais. Saber do sol, da terra e das águas, propor relações saudáveis do homem com o ambiente. Ter claro que um povo pobre necessita de respostas concretas para o desafio da vida.

Viver é custoso neste hemisfério sul, conviver com a subnutrição e as doenças, com os impactos culturais e as catástrofes da ignorância. A universidade é parte, não é juiz. E não pode estar só.

As alianças são necessárias com todas as forças de construção; fazer-se aberta para o mundo por querer-se aberta em si.

Buscar parcerias superando as fronteiras de geografia e classe, nacionalidade e cor ideológica, transcender as divergências para forjar uma confluência de fazeres construtivos e reais.

Encontrar mãos dispostas à edificação.

Dar as mãos.

Caminhar.

INTRODUÇÃO

Como umas das mais recentes universidades do sistema nacional de ensino superior, a Unemat nasce com o desafio de um inquietante porvir.

Somos fruto de todo o processo de edificação de esperanças pelo qual passou a sociedade brasileira nos últimos quinze anos. Acreditamos nas possibilidades mais ingênuas, defendemos com o ardor dos amadores as teses que o tempo tratou de profligar, sustentamos até o limite do possível a vontade de fazer o novo, na busca do melhor e do certo.

Colhemos com o Brasil as primeiras e amargas safras da desesperança, mas sabemos, como o Henfil, o quanto vale a intenção das sementes e que elas estão na semeada das ruas, das cabeças e dos corações de muitos.

Hoje temos uma certeza. A da impossibilidade de se apagar o passado, de negá-lo, de desconsiderá-lo. E isso nos dá a convicção de que qualquer expectativa de mudança e avanço passa pela busca do alicerçamento de alianças amplas e sólidas, pela ciência da complexidade das relações em uma nação de pluralidade étnica e política, pouca memória e

consequente percepção histórica, com fragilíssima vivência cidadã e imersa em um fosso abismal de diferenças sociais e econômicas.

Os agentes das mudanças são em si mesmos, mais uma contradição espelhada: ao tempo em que negam o *status quo* e afirmam a construção utópica, estão imersos nas dúvidas e dívidas do tempo, nos rígidos limites do possível negociado, na incerteza dos modelos prontos e na necessidade da disposição criativa para não estancar o processo e para alargar as picadas de forma a possibilitar um trânsito, a cada instante mais crescente, de pessoas e ideias.

Não basta apenas a negação teimosa da situação posta, é preciso avançar no sentido da afirmação de responsabilidades e compromissos, da identificação dos papéis sociais a serem exercitados por cada um de nós e pela instituição como um todo; buscar uma identidade.

Os capítulos que formam esta brochura são tensões/tentativas de se instalar uma discussão que leve à estruturação perenemente provisória da Unemat. Já são conhecidos, como textos isolados, por terem circulado, a título de provocação, em reuniões do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão anteriormente.

Servem agora como motivadores iniciais das proposições que visam o Congresso da Unemat em outubro deste ano.

Março de 1995

CAPÍTULO I

ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: IMPRESSÕES

Garcia Márquez, no *Outono do patriarca*, narra os descaminhos de um poder isolado que convive com vacas e urubus, numa extremada distância da sociedade. Enredado nesse isolamento, o jogo do poder passa a ser um passatempo sem fim e sem motivos e a sua manutenção, um insólito desejo do inútil. Quando a morte leva o tirano, o oco da vida se clarifica: “aprendeu a viver com todas as misérias da glória à medida que descobria no transcurso de seus anos incontáveis que a mentira é mais cômoda que a dúvida, mais útil que o amor, mais perdurável que a verdade. Havia chegado sem espanto à ficção de ignomínia de mandar sem poder, de ser exaltado sem glória e de ser obedecido sem autoridade, quando se convenceu que estava condenado a não conhecer a vida senão pelo revés”.

Seríamos injustos, com certeza, se utilizássemos tal enredo como uma fábula aplicável

à realidade da Universidade no Brasil. Mas não podemos deixar de aproveitar o sentido da fala como alerta ou premonição, para que um dia, velhinhos e pensativos, não cheguemos à conclusão de termos passado os anos enredados no artificialismo de uma estrutura acadêmica que nos cobriu apenas de falsas honrarias, que nos dispusemos tão somente à ridícula caça das aparências, que nos empenhamos nos anos de maior energia e vigor em viver apenas o revés da vida.

A Universidade viu construir para si uma espécie de reserva de mercado do conhecimento e acabou ela mesma consolidando a ideia e a prática do monopólio do saber. Nisso ergueu um totem e criou um mito: de que o seu espaço constitui uma ilha de conhecimento, sabedoria e certezas, cercada pelo oceano do despreparo e da ignorância. Dessa forma passou-se a conviver no interior das Universidades com universos paralelos, não tangenciais e intangíveis: o universo da sociedade, com suas demandas, vontades e fazeres e o da Universidade, encastelada numa torre altíssima como uma Rapunzel careca e inacessível, com um enorme binóculo na mão. Apenas com o instrumento traz aos seus olhos os rostos do povo, e acreditando

nessas lentes pensa que não há distância entre o que consegue enxergar e a realidade dos homens: “Se os vejo tão bem, porque conviver com seus cheiros, seus suores, suas questões tão menores?”.

Ao contrário de preocupar-se criticamente com essa imagem e cultura, a Universidade consolidou seu orgulho. Acreditou na fábula dessa cegonha magnânima do saber, que apenas a ela entrega seus filhos, desse papel especial a ela reservado, e aceitou a clausura da solidão respeitosa como um cúmplice silente e agradecido.

Essa reclusão, por outro lado, é uma garantia da manutenção do mito e desse poder que só se fortalece pelo distanciamento da vista. Tal cultura carcerária faz nascer, da mesma maneira que entre os delinquentes, um código de linguagem especial ao qual o leigo não tem acesso, e que caracteriza tanto a expressão virtual do poder de grupo quanto a defesa do espaço mitológico em que tal poder se exercita. Esta proteção derivada da hermeticidade da linguagem dá-se pela inibição da crítica e por uma pretensa especialização que não guarda vínculos reais com as demandas da sociedade.

Como os feiticeiros conjuradores de chuvas, a sociedade nos respeita muito mais pela retórica ou pelos ritos do que pela chuva, que não cai.

Não é a sociedade que nos aponta as ações necessárias, as prioridades do fazer institucional, o sentido maior da nossa existência. Somos nós que autogenamente nos inventamos sob nosso prisma, tendo como ponto germinal as demandas que livremente definimos, a partir da base infalível do nosso umbigo.

Conseguimos, para manter tal *status*, fabricar uma retórica defensiva em relação a tais privilégios, transformando os nossos interesses maiores nos interesses maiores de uma sociedade que a tudo assiste sem intervir. Como uma impudência sem disfarces armamo-nos para a conquista de novos e maiores privilégios, ao tempo em que, com a couraça erguida, impedimos qualquer perda nessa trajetória.

No entorno do nosso casulo vão se erguendo as muralhas que nos defendem da vida, dos seus sustos e alternâncias. Como cavaleiros medievais, andamos pouco, devagar e lento sob o peso das armaduras, mas a salvo das flexas que nos atira o cotidiano.

Se nos protegemos tanto, cabe perguntar: protegemo-nos por quê? Diria: porque temos medo.

Paradoxalmente cremos que a instauração de relações democratizantes, na sociedade e na Universidade, ao contrário de eliminar o medo, acabou por reforçá-lo. As ordens autoritárias têm o condão de evidenciar papéis e funções, de estipulá-los, de obliterar os questionamentos e indagações, de simplificar, enfim, a leitura de mundo e, com isso, acabam por favorecer o surgimento de um maniqueísmo superficial que nos cobra apenas uma posição: ou estaremos ao lado do “bem” ou ao lado do “mal”. Esse vício de formação, pelo período que ocupa em nossa história, de certa forma condiciona, ainda, uma inexistente cultura de debate e de circulação, sem peias e pechas, das ideias e pensamentos.

Assim, inventamos a liberdade como um conceito, como uma imagem, que não se agrega ao cotidiano das Instituições porque não se agregou ao cotidiano de nós mesmos.

O peso imaginário do Estado ou do “sistema” assume dimensões suprarreais que vigiam como fantasmas as nossas ações ou inações. São as

melhores desculpas pelo não fazer coletivo que, invertidos os valores, recebe lauréis e não repreensões nessa estranha moral universitária.

A liberdade nos cobra mudanças, ela nos exige comportamentos que não conhecemos senão na teoria: criatividade, ousadia, desprendimento, rebeldia, paixão.

E não conseguimos saciá-la.

No turbilhão das possibilidades lançamos uma âncora ao conhecido - e o conhecido é o dogma, as certezas palmilhadas, as opções já cristalizadas em nosso histórico de vida. Não é mais o autoritarismo que nos fixa limites. Somos nós mesmos, culpando o autoritarismo e louvando a corporação em que nos tornamos: pobre corporativismo de medíocres. Os grandes temas capazes de unificar todos os nossos segmentos e tendências não são questões maiores do nosso tempo, as propostas nacionais, a fome ou o ambiente. São isto sim a preservação de privilégios, a negociação salarial, a manutenção do *status quo*.

Esse perfil conservador da Universidade abarca a todos, dos ortodoxos de uma esquerda poeirenta aos mumificados remanescentes do conservadorismo tradicional ou mesmo do regime militar.

São os caminhos que encontramos para fugir à assustadora constatação da falta de ideias, para delimitar com prudência e cautela os nossos caminhos e, principalmente, para fixar o que permitimos que se exija de nós.

Temos medo da liberdade.

E temendo a liberdade recusamos a utopia. Ao navegar os mares do sonho, dos grandes projetos e propostas, dos ideários do novo, sobrevém incontinenti a borrasca do ridículo e da loucura, da irrealidade e do abandono. A nau da ousadia quase nunca ultrapassa os recifes das certezas e vai a pique envergonhada, por ter desejado o oceano e não ter saído do cais.

Não possuindo respostas novas, só nos permitimos velhas perguntas. Aquelas que conhecemos bem e das quais com segurança nos desincumbimos. Mantemos assim uma rotina sem sustos, sem a ameaça da dúvida ou da confrontação dos nossos saberes, que não aceitam contraposição.

Em alguns círculos consolida-se o que designaremos como a “Síndrome do Pêndulo de Foucault” ou a visão conspiratória da história tão bem desenhada por Umberto Eco. Essa visão, que estranhamente não se obstaculiza em qualquer

ideologia, tende sempre à compreensão dos fatos não pelo que dizem ou representam à luz do sol, e sim pelos inimagináveis significados noturnos que lhe são atribuídos. Essa cultura conspiratória é mais um dos tantos sinais da fragilidade teórica e política das nossas Instituições de Ensino Superior.

As grandes linhas dos projetos autonomistas de Reforma Universitária, que propunham entre outros pontos a inserção da Universidade na sociedade, a produção de uma ciência engajada e militante, a elaboração crítica permanente, a polarização crescente do seu fazer, a efetiva autonomia em relação ao Estado acabaram por gerar uma distorção quantitativamente relevante: daqueles que transformam a Universidade no espaço da militância partidária, confundindo o papel de uma postura científico-pedagógica de compromisso social, com a prática de lutas e conquistas hegemônicas entre partidos, correntes e tendências.

Não se trata aqui de entender-se a Universidade como um campo neutro ou apolítico, nem de negar a participação partidária em seu interior (não há democracia sem partidos políticos e sem eles igualmente não há politização). Trata-se, isto sim, de questionar a essência do fazer

acadêmico, o sectarismo que emana dessa prática, a qualidade política e profissional que deriva desse comportamento e mesmo a ética de instrumentalização que o acompanha.

Nesse terreno o preconceito ideológico e a discriminação dele derivado são consequências inequívocas, levando não apenas à ausência como à própria recusa ao debate que não é legitimado como instrumento hábil de formação, exposição, aprofundamento e eventuais resoluções de dissensões. Em contraposição ao debate amplo, livre, aberto, vemos intensificar-se a prática dos monólogos soturnos, das “confissões” de alcova, dos sussurros de corredor.

Construímos assim um ambiente rotineiro de pequenos horizontes e um escudo de seriedade e rigor que parecem ter se tornado o selo distintivo da nossa produção intelectual.

E vivemos cansados.

Assoberbados por um ativismo inócuo e ineficaz, nunca temos tempo para nada. Parece que nos enleamos como aranhas neuróticas numa teia desconexa de serviços que acabam por nos enclausurar nos próprios fios que destilamos. Uma

teia sem fim e sem motivos, intrincada como uma exposição de burocratas e amarela como as coisas comidas pelo tempo.

Nesse emaranhado nos despimos completamente do sentimento de aventura. Qual de nós resgata na Universidade aquela emoção de garotos que escalavam árvores? Quem arrisca a salto de uma copa à outra? Quem ainda guarda o sentido do alto, de ver as coisas de cima?

Sofremos a vertigem do real, de um real convertido em rés do chão, que nos força passos “seguros” e vigia sempre, como um tutor vitoriano, as travessuras da imaginação.

Com a imaginação vigiada não rimos.

Principalmente não rimos de nós mesmos. Imaginamo-nos respeitáveis e, dessa forma, compomos nossa compostura. Perdemos o humor e com ele o poder da sedução. A quem atinge o necessário chamado da curiosidade? Qual a disposição para o invento de uma vista nova, de um olhar diferente sobre nosso meio e sobre nós mesmos?

A subversão do riso não consegue saltar os muros da convivência acadêmica, não ganha adeptos e parece acomodada aos espaços não formais da nossa vida.

A soturnidade das caras deixa clara a falta de prazer.

Sem prazer nos debruçamos sobre as coisas com a mesma vontade e tesão com que as crianças se põem a marchar nas festividades cívicas. Seguimos até o fim do desfile em nome da necessidade ou das possíveis punições implícitas ou explícitas que nos acompanham.

Conseguimos fazer da aventura do saber uma triste viagem cansativa, cujo destino final é uma inglória aposentadoria, que nos seduz como um paraíso quando batemos na casa dos 40.

É possível sonhar, ainda assim?

É possível renascer no nascido para reinventar sensações aprisionadas, para nos lançarmos sem desculpas ao experimento lúdico do jogo e do invento, para nos despir das crostas defensivas de uma experiência de competição e individualismo, para enfim nos dispormos à construção coletiva do futuro?

É possível, aos nossos olhos, uma visão mais generosa sobre nós mesmos, e a partir dela, o recobro do desejo de sermos e fazermos uma realidade melhor?

CAPÍTULO II

REFORMAS NO REGULAR: UMA PROPOSTA DE ULTRAPASSAGEM

Ao discutirmos os desafios, apontados pela contemporaneidade, à sociedade no seu conjunto de relações, e à Universidade em particular, cumpre trazer à reflexão o leque de necessidades já possíveis de ser antevistas e as imprescindíveis mudanças que as acompanham.

Com a revolução tecnológica da informática, as noções de distância e tempo passam por uma relativização permanente que converge no sentido de chegarmos à informação em tempo real, por um lado, e à virtualização do espaço e dos movimentos, por outro. Tais fatores encolhem o mundo, agilizam-no, flexibilizam-no, fixando paradigmas novos ao fazer humano que, com o encurtamento do mundo, se distendem e ganham dimensão. A informação se vulgariza em seu acesso e em sua essência. O volume das coisas passíveis de conhecimento se eleva ao infinito, se considerarmos os limites do homem.

Assim, as habilidades e qualidades que se impõem passam a ligar-se mais à capacidade de identificação de fontes, seleção e processamento, do que à guarda e detenção de determinado saber.

Por outro lado, avanta-se o investimento e a pesquisa em outra área, que deverá ser fundamental para o desenvolvimento do milênio que chega em cinco anos: a relativa à biotecnologia, que hoje nos aponta as possibilidades inclusive do desenvolvimento de novas formas de vida em laboratório. Se a ligarmos à microeletrônica e à informática, encostamos na “ficção” dos *replicantes* de Blade Runner.

A Matemática, que permeia como linguagem fundamental todas estas possibilidades, tem caminhado no sentido da afirmação de um espaço próprio, novo e instigante, que poderá advir da Teoria do Caos, que passa a buscar as ordens lógicas em situações de aparente desordem, e se a isso conseguir chegar, poderemos dispor do mapeamento antecipado dos eventos futuros, inclusive, com mínimas margens de erro.

Os efeitos de tais mudanças não se têm feito tardar. No Japão, por exemplo, muitas empresas

trabalham com o planejamento que prevê a utilização zero do fator humano em suas linhas de montagem, até o ano 2000.

Creemos assim que a reelaboração ética do mundo impõe-se desde agora como fator imprescindível e preocupação fundamental daqueles que transitam pelas avenidas das ciências, e especialmente dos que se voltam, com maior acuidade, às preocupações sociais, econômicas, políticas, históricas e ambientais.

Uma fisionomia clara de ruptura está impregnando o rosto do futuro, e mais que intuição, já temos consolidadas as condições para a sua identificação. Um dado assustador, na perspectiva histórica, é a verificação do quanto temos saltado em tão pouco tempo e o quanto de velho e novo, de conservador e revolucionário se encontram espalhados por estes presentes dias. Não nos referimos aqui apenas aos aspectos de externalidade, mas também e igualmente às experiências concretas da vida de cada um. Para tanto, basta reportarmos há 20 anos atrás e de lá, com os olhos da época, perscrutarmos as incríveis diferenças entre os seres que éramos e somos, os projetos que tínhamos e

temos, o mundo que podíamos imaginar e este em que hoje vivemos, o que era disponível e necessário à vida e o que é disponível e necessário agora.

Com a sensação da patética ingenuidade daqueles tempos, tentemos hoje identificar o necessário homem de 2015.

O homem necessário cremos ser aquele que consiga fazer erigir um conhecimento novo, uma análise adequada, uma relação possível e não percebida, um cenário transcendente à obviedade das formas, uma visão estruturada e possível do futuro.

O homem necessário, dessa forma, é construído como um misto do *homo intelligens* e do *homo ludens*, é o ser que pensa, sente e vive o mundo, num processo de interpenetração, de influências recíprocas, de aperfeiçoamentos e descobertas constantes. A fluidez das certezas nos exime, de antemão, de compromissos axiomáticos com resultados pré-concebidos.

É um ser que já ganhou a clara compreensão da provisoriedade dos conceitos e dos valores, que estará imerso no conflito cruel entre a individualidade universal das pessoas ou grupos e a afirmação do cosmos como espaço e preocupação coletiva.

Questões fundamentais poderão estar contidas em decisões assépticas e impessoais. E, fundamentalmente, estaremos compelidos aos problemas maiores do ócio, às perguntas relativas aos motivos e porquês da condição humana.

Talvez, pela similaridade, nosso primeiro e mais natural caminho seja a Grécia Clássica e principalmente a Helênica. E talvez Zenão, Pirro e Epicuro passem a representar uma parada obrigatória para a perplexidade de toda uma cultura que se esvai.

A par de tais considerações, cumpre um exame, ainda que rápido, do estado da arte e das perspectivas da educação.

O espaço educativo, que durante os últimos séculos se materializou nas escolas, principalmente, deixou de ser hoje, na prática, o principal *locus* formativo. Os meios de comunicação de massa e as relações sociais presentes no cotidiano do aluno em formação têm exercido importância capital na conformação do perfil do homem deste tempo.

Com práticas metodológicas e pedagógicas interlocutórias entre a tradição educativa da Idade Média, recentemente abolidas em suas

representações mais evidentes, como a do sadismo pedagógico, por exemplo, o ingresso tateante em novas concepções e experimentos, o processo educativo se ressentem em nosso país, mais do que tudo, de uma base humana com formação sólida o suficiente para produzir novos paradigmas e culturas. Vivenciamos um processo de degradação permanente da oferta de qualificação docente, de aviltamento profissional a níveis degradantes e inimagináveis em qualquer país com um mínimo de preocupação e respeito para com seu futuro, com os resultados inerentes a ele: baixíssima qualidade de ensino, descompromisso, ineficiência e ineficácia.

A produção individual e isolada, que caracterizava o trabalho intelectual de ponta, ainda até meados deste século, hoje torna-se uma exceção na regra, que é o trabalho em equipe. Por outro lado, em função do novo modelo comunicativo já descrito acima, essas equipes não necessariamente compartilham do mesmo espaço geográfico, sendo usual, embora não corriqueira, a redação de trabalhos e artigos, e mesmo a usinagem científica, por pessoas que residem em vários estados, países ou continentes. O que as aproxima ou afasta não é mais o limite das distâncias, e sim o do conhecimento.

A educação, produtora, detentora e reprodutora de conhecimentos, por seu turno, passa a ter poucas opções: ou adequa-se aos novos desafios, inclusive superando-os, ou tornar-se-á um exercício tedioso, dispendioso e inútil.

Dessa forma, apontamos alguns dos característicos que, cremos, são inadiáveis para o aprimoramento dos nossos serviços e para que efetivamente avancemos no sentido de ultrapassagem da prática, sempre oculta nos discursos, mas insistentemente perseverante, da mediocridade no cotidiano educativo.

1. ADEQUAÇÃO DAS FORMAS E OFERTAS DE INGRESSO À DEMANDA REAL DA SOCIEDADE

Usualmente a universidade tem se responsabilizado pelos critérios de temporalidade dos cursos que ministra e das formas de seletividade, a partir da base legal da educação nacional, agregada aos interesses que internamente a orientam. Assim, por um lado, elaboramos vestibulares prestimosos destinados a apurar os melhores qualificados no interior de uma sociedade claramente apartada, o que nos leva a um compromisso cada vez mais evidente com a elite econômica do país, na medida

em que eventualmente possamos alcançar índices de qualidade compatíveis com as exigências de mercado, e, por outro, fixamos as necessidades presenciais no tempo formativo a partir da disponibilidade interna dos nossos quadros docentes e de uma divisão que já se tornou tradicional entre os cursos diurnos, noturnos e de período integral.

O que se propõe é que alteremos o foco dessa discussão. Ao invés de nos pautarmos por um falso sentimento de igualdade que se encontra adjeto à ideia mesma do vestibular, reconheçamos a apartação social e, em nome dela, reservemos, com algo a mais de justiça, uma parcela das nossas vagas às escolas públicas dos municípios onde atuamos, que deverão partir de tal decisão, ser monitoradas, acompanhadas e auxiliadas pela Unemat na exação do seu fazer pedagógico, por um turno (já contando aqui com o prévio endosso da proposta do Ministério de Educação).

Por outro turno, que abramos a possibilidade da oferta de cursos em períodos e com a temporalidade possível e necessária que nos indicarem as reais demandas da sociedade. É dizer que se para um considerável grupamento humano for melhor, mais proveitoso, menos oneroso e mais produtivo,

por exemplo, um curso que funcione aos sábados, domingos e feriados, ou em períodos sazonais, ou com a redução de dias e com o incremento de horários durante a semana, nada indica logicamente que não devamos ousar nessa oferta.

Não cremos que tais possibilidades sejam mais ilógicas do que continuarmos com a situação posta, de alunos que devem deslocar-se diariamente durante duas a quatro horas de um município a outro, em seu transcurso de ida e volta.

2. AMPLIAÇÃO DA IDEIA DE CURRÍCULO, USUALMENTE ADSTRITA AOS CURSOS, PARA AS ÁREAS DE ATUAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Quando chamamos a discussão da revisão curricular na Unemat, tínhamos um claro entendimento sobre as necessidades urgentes da adequação de tais estruturas, mas também um limite real, e então dificilmente ultrapassável, que era o aval final do Conselho Federal de Educação. Hoje tal Conselho, que nas palavras corretas do Ex-Ministro Murílio Hingel havia se transformado em um balcão de negócios, não existe mais.

Sentimos uma vontade que tem se evidenciado por atos, a partir do Ministério da Educação, de resgatar o compromisso e a seriedade no trato com a educação brasileira, e tais fatos nos exigem, mais que possibilitam, um alargamento das pretensões.

Propomos aqui que resgatem as prioridades de ação institucional, desde 1990 definidas como Educação e Ambiente para, a partir delas, e ainda seguindo aos apontamentos iniciais, idealizar um currículo unificado, com um ciclo de formação básica e outro de formação específica, para cada uma das áreas existentes, acrescentando-se as ciências jurídicas, contábeis e de administração.

Com cinco anos como prazo mínimo de conclusão em todos os cursos, assumiríamos inicialmente uma necessidade equalizadora em relação à heterogeneidade da compleição gnosiológica dos alunos ingressantes, que com o tempo deverá ser revista e talvez suprimida, a partir dos avanços na educação; e, ao lado dessa, poderemos acrescentar aos currículos os conhecimentos fundamentais para o alicerçamento da proposta como um todo. Neste caso, além dos conhecimentos basilares de cada área, abre-se a possibilidade

de inclusão de estudos científicos pouco, ou não contemplados, nas fases anteriores do ensino, como a epistemologia, apenas a título de exemplo.

Estas são condições essenciais para o processo de radical transformação das demais estruturas da Unemat.

3. REFORMULAÇÃO DA PRAXIS PEDAGÓGICA, TENDO COMO EIXO REFERENCIAL A PRODUÇÃO CIENTÍFICA E O FIM DA POLÍTICA DAS APARÊNCIAS

Neste ponto, passamos a pensar a organização pedagógica da universidade a partir da prática da pesquisa, na qual se inserem o ensino e a extensão. A investigação acadêmica passa a ser comum a todos os docentes, reunidos em Grupos de Produção Científica (GPCs), que constituem-se de três a sete professores, com formação diferenciada, preferencialmente, para a facilitação da interdisciplinaridade.

Os projetos, antes de apresentados, devem ser objeto de cuidadosa reflexão sobre a oportunidade e necessidade social dos mesmos. Se possível, já nesta fase poderemos ampliar tais discussões com os setores da sociedade que, pela proximidade temática, possam de alguma forma relacionar-se com eles.

Além da composição docente, cada grupo deverá contar com uma equipe discente em número variável, selecionada a partir da premissa de um eventual aproveitamento posterior nos quadros da universidade, e/ou do interesse e potencial de crescimento apresentado por esses alunos.

Uma vez aprovados tais projetos, necessariamente abre-se a discussão ampliada com as organizações e pessoas que possam ter preocupações ou atividades afins, selando-se o leque de alianças externas que servirá de suporte à prática investigatória.

Cada um dos GPCs possuirá um coordenador responsável, que automaticamente irá compor a equipe de articulação, planejamento e execução pedagógica dos cursos, reunidos por área prioritária de atuação (Educação-Ambiente-Jurídico/Aplicadas).

Dessa forma, a hierarquia pedagógica se horizontaliza, as necessidades docentes nos obrigam a uma necessária profissionalização universitária e o cotidiano do processo educativo deve enriquecer-se substancialmente:

- com o ensino aproximado da realidade por derivação material das pesquisas, que também nos atualizam regionalmente;
- com a ampliação do número de alunos em tempo integral na universidade;
- com a superação da desintegração da visão científica e metodológica;
- com a instalação de um modelo interativo entre a experiência e a ciência que são “mutuamente, reflexo e refração: a ciência descobre a experiência, mas esta sustenta aquela. *Cabendo* ao raciocínio apreender o modo e a lógica dessa correlação que produz a *ciência como coisa viva*, uma possível *pergunta feita à natureza*, ou seja, apreensão não simplesmente descritiva, mas necessariamente interpretativa e, daí, inserida na realidade. Ciência como uma pergunta feita à natureza supõe a recuperação do universo como um conjunto de possibilidades reais, porém, parciais; supõe uma postura antitradicional, incerta, mais para flagrar uma possibilidade inusitada do que para acertar”ⁱ.

ⁱ FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. *Olhar periférico*. 2.ed. São Paulo: Edusp; Fapesp, 1993. Citação da página 159.

A universidade posta no território nervoso dos fenômenos do cotidiano talvez corra o risco de transformar-se em um epifenômeno, na externalidade das suas ações imediatas. Ocorre que o aprendizado do contato com certeza acrescerá à nossa prática fatores inusuais, trazendo, por intermédio do compromisso científico, da curiosidade e da realidade, novas bases para o pensamento e parâmetros associativos que até então não habitavam a esfera do possível.

O espaço social passa a integrar o fazer acadêmico, com o peso que hoje possui uma sala de aula.

Às necessidades organizativas e burocráticas reserva-se a contratação de servidores técnicos educacionais, que passarão a assumir os encargos hoje usualmente respondidos pelas Chefias de Departamento.

Exaure-se a figura do professor que solitariamente respondia por uma disciplina; ele passa a fazer parte de um todo, desenvolvendo atividades inter-relacionadas, fazendo e possuindo um retrato do momento formativo do aluno no

processo; sabendo os motivos e necessidades que embasam o seu trabalho, e as funções que deve possuir o conhecimento previsto no currículo. Não há mais espaço para o especialista; o desafio docente maior é a ultrapassagem da fronteira da sua formação específica, que o habilite ao tráfego sem sustos pela ciência, que é indivisível.

4. SUPERAÇÃO DAS SALAS E CARTEIRAS PELAS AMBIÊNCIAS EDUCACIONAIS

A reinvenção do *locus* universitário é uma derivação impositiva do modelo proposto. Assim como a fragmentação e o isolamento das disciplinas no currículo caracterizam atualmente a estrutura dos cursos regulares, flagrantemente alienada, pela impossibilidade da visão de conjunto e de resultado final do processo, a reclusão a que se condena cada grupo humano em estágio de formação, chamado de turmas ou classes, às suas salas, apenas reforça o espírito alienante que esses cursos hoje contêm.

A planificação da instalação física da Unemat, nesta proposta, deverá contemplar múltiplos espaços e usos. Além de passarmos a compreender

o *locus* universitário também como o meio social no qual inserimos, e onde devem ocorrer inúmeras das nossas atividades, as novas necessidades apontarão para a diversidade das medidas das salas, para se adequarem às diversas atividades, comportando desde pequenos grupos até microauditórios para 30 a 50 pessoas, a existência de anfiteatros, de salas de exposição, de oficinas de trabalho como marcenaria, vidraçaria, gráfica e outras, os laboratórios, um aparato bibliográfico básico disponível em cada ambiente educativo, a partir de sua vocação, uma arquitetura integrada à natureza e que ofereça pátios gramados para reuniões ou exposições, árvores frondosas sob as quais se possa ler e estudar e uma fácil integração espacial, que facilite a circulação e a interação das pessoas.

A leveza das formas deve aliar-se à agilidade nas transformações de uso dos espaços, fazendo com que o pensamento criativo possa moldar a todo instante as necessidades espaciais às propostas de utilização.

5. A AVALIAÇÃO INCORPORADA À IDEIA GERAL DE QUALIDADE INSTITUCIONAL

O processo avaliativo na Unemat tem ficado, ressalvadas raríssimas exceções, adstrito exclusivamente (e em mão única) à relação professor-aluno.

Pelo ideário aqui defendido, outro corte radical abate-se sobre o assunto. A avaliação passaria a ser um instrumento intrínseco à rotina de trabalho universitário. Primeiramente, ela se horizontaliza, com todos avaliando tudo e todos; em segundo lugar, transforma-se em mecanismo constante de pré-intervenção, acompanhamento e orientação do processo decisório interno; em terceiro plano, quando empregada no sentido de avaliar o desempenho discente, ela deixa de se pautar por pequenos e divididos retratos de instantes, para colocar o seu foco no *processo* visto como uma totalidade; deixa de ser uma situação resolvida pelo arbítrio docente individual para transformar-se em um exercício aberto e transparente com todos os agentes envolvidos.

A universidade deve passar a entender que a única avaliação realmente existente é sobre o seu próprio desempenho e grau de eficiência e eficácia.

Quando o conjunto de docentes orientadores julgar que tais e tais alunos estão aptos ao ingresso no mercado de trabalho, à difusão dos conhecimentos gerados e acumulados, e que vão exercer com competência atributos naturais da habilitação em que transitaram, o que fazem é chancelar com a garantia da seriedade do seu trabalho e da sua própria competência profissional, a titulação de tais pessoas. A avaliação vista com esses olhos deixa de ser um problema do aluno, ou um instrumento de poder do professor e passa, isto sim, a desempenhar um importante papel nas esferas de responsabilização universitária. Se algum ex-aluno cometer qualquer tipo de desatino, o problema é fundamentalmente nosso e não dele. O seu insucesso é a prova da nossa incompetência ou irresponsabilidade.

Nesse sentido, o ministro Paulo Renato de Souza tem acenado com a ampliação da autonomia universitária, como forma de possibilitar a adequação das mesmas à sua realidade, reservando ao Ministério o papel de principal agente estatal de avaliação, incluindo o tratamento diferenciado por mérito alcançado.

É importante que tenhamos a clareza de identificar a importância dessa iniciativa, ao mesmo tempo em que devemos lutar por um espaço nessa discussão, para que não se relevem as diferenças dos distintos pontos genésicos do processo, garantindo às universidades em fase de estruturação, como a nossa, não um alvará protetor de ineficácias, mas sim um ritmo adequado à superação dos problemas de estrutura e conjuntura com os quais convivemos.

6. A EDUCAÇÃO NO TEMPO: FORMAÇÃO PERMANENTE E QUEBRA DO CONCEITO DE EX-ALUNO

Passa a fazer parte da oferta geral dos serviços universitários o acompanhamento do aluno egresso, a montagem de um sistema de atendimento permanente às suas inquietações, dúvidas e necessidades de atualização.

A pós-graduação deve orientar as suas políticas para o ser real que o aluno egresso representa. É ele o primeiro e mais importante compromisso formativo da Unemat nesse estágio de ensino.

A utilização da tecnologia disponível deverá ser marca definidora da ampliação destas possibilidades.

Ressaltemos, ainda, que no modelo atual o ex-aluno é um desconhecido absoluto do qual não encontramos registros atualizados, do qual não conhecemos as dificuldades ou deficiências, do qual não possuímos qualquer análise ou avaliação.

Pela irresponsabilização institucional que marca a outorga do diploma, jamais nos é perguntado e, por nosso lado, igualmente nunca questionamos, se o trabalho desenvolvido por esse ex-aluno é ou não de qualidade, se tem ou não servido para incrementar os serviços (hoje apenas educacionais) do sistema, e se a universidade tem ou não condições de interferência e apoio para consolidar sua co-responsabilidade.

Passaremos a contar com equipes de atendimento e políticas específicas que cubram a totalidade dos alunos egressos, oferecendo uma informação atualizada e ágil, a possibilidade da pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*, a partir das demandas reais apresentadas, a reciclagem permanente do fazer acadêmico pelo contato perene com o trabalho dos seus alunos egressos, que auxiliarão no apontamento dos erros e acertos da prática formativa.

CAPÍTULO III

REVISÃO CURRICULAR: DA CULTURA DISCIPLINAR À BUSCA DA TOTALIDADE

A educação sistemática tem apresentado historicamente contradições intrínsecas à sua práxis, que acreditamos, podem ser superadas por um enfoque crítico no trato das mesmas e, para tanto, precisamos ter claro o homem que queremos formar, estabelecendo dessa maneira o perfil da sociedade do futuro.

Dessa forma, antes de discutirmos a revisão curricular, temos de definir a base teórica dessa formação, ou seja, qual é a teoria do conhecimento e a base psicológica que oferecem melhor suporte ao homem do futuro, logo, precisamos de uma filosofia científica. O materialismo dialético ou histórico parece-nos um instrumental indispensável.

Partindo de tal crença, apresentamos à consideração algumas dessas ditas contradições:

A) CONTRADIÇÃO LÓGICA

Ao separar a teoria da prática, o pensar do fazer, compartimentamos a relação ensino-aprendizagem criando universos paralelos no estar-sendo humano. Inventamos uma bipartição inexistente no cotidiano, criamos um “mundo do conhecimento” que não guarda relações reais com o mundo conhecido; destruimos a dialética do conhecimento.

Reorientar essa prática é pressuposto de qualquer possibilidade de avanço nas discussões que se iniciam.

B) CONTRADIÇÃO SOCIAL

Convivendo com uma sociedade de apartação evidenciada, o processo educacional orienta-se no sentido do fortalecimento dessa evidência. Embora tenhamos experimentado nos últimos anos um vigoroso discurso engajado, podemos constatar que à divisão econômica da sociedade respondemos, no sistema universitário, com outra clara e indisfarçável divisão. A das Universidades sem produção acadêmica e sem ciência que servem aos de baixa renda e as ilhas de excelência às quais o acesso, pela concorrência desleal, é restrito quase que absolutamente aos alunos provenientes de escolas particulares.

C) CONTRADIÇÃO HISTÓRICA

Matriz e resultante da contradição social, a contradição histórica apenas espelha o sentido conservador da prática universitária. Todo o saber que conseguimos agregar aos nossos alunos orienta-se no sentido da conservação do *status quo* social, e não da sua transformação. Dizemos isso apesar de conhecermos o esforço de tantos que, com legítima disposição, tentam inverter essa ordem. Por outro lado, gostaríamos de ressaltar o entendimento de que o espaço universitário não é o da ideologização ou da formação política. Para tal contamos, ou deveríamos contar, com os partidos, com os movimentos comunitários e populares e outras formas de organização social. Acreditamos que ninguém forma teoricamente o cidadão, ele se faz na prática e é aí que ganha mais que a percepção, o entendimento do seu papel como agente histórico. Por outro lado, trabalhando com uma elite reduzidíssima dos que conseguem acesso ao ensino superior, embora não tenhamos introjetado isso, os anseios e ambições dos nossos alunos direcionam-se preponderantemente para a superação individualizada dos desafios de ascensão profissional, salarial e social. No quadro agudo da

apartação brasileira seria ingenuidade pensarmos ser plausível a expectativa de uma militância perene, e, ao mesmo tempo, uma irresponsabilidade inominável não garantirmos àqueles que aqui conseguem chegar o acesso ao bem que temos a oferecer: a produção de ciência.

A manutenção e reprodução sistêmica da visão dos dominantes cremos que apenas será passível de ruptura com o surgimento de uma massa crítica que se aproprie da linguagem culta, do conhecimento sistematizado, da dialética cultural do nosso tempo.

D) CONTRADIÇÃO TEMPORAL

A orientação temporal das ações formativas da Universidade deve superar o dilema entre o presente do aluno e a sua perspectiva de futuro. Significa dizer que não estamos em um processo fabril/industrial onde o que conta é o resultado final, o produto acabado após a linha de montagem, com o carimbo de “pronto para o consumo”. A cada aula devemos buscar a agregação de um saber necessário, autoaplicável, que possa refletir-se no cotidiano e, se possível, significar incremento na qualidade de pensamento e/ou de vida do estudante (preferencialmente).

E) CONTRADIÇÃO GEOGRÁFICA

A recentividade histórico-cultural do nosso país, o processo de expansão das fronteiras de ocupação, ainda extremamente próximo (ou, em alguns casos, até mesmo iniciante), o parco conhecimento regional acumulado, a perspectiva sudocêntrica da cultura nacional (no sentido do entendimento das regiões sul/sudeste como o centro do Brasil) acabam reverberando em distorções profundas nas propostas curriculares e em inequívoca fragilidade das mesmas para adequar-se às condições do real regional. Entendemos que a superação desse eivo deve fazer-se no transcurso de uma discussão mais profunda, que se preocupe com as possibilidades dos modelos de desenvolvimento hoje pensados para o estado. Devemos buscar as nossas vocações e a partir delas projetar os nossos cursos.

F) CONTRADIÇÃO LEGAL

Enquanto a ciência e as relações sociais movimentam-se com um dinamismo que parece inatingível, as estruturas de ensino veem-se estacionadas com modelos e paradigmas de custosa alteração, com tramitações kafkianas que só

ganhavam o aval final nas salas do Conselho Federal, em Brasília. É necessário idealizarmos um ementário que não se confunda com uma camisa de força, para que não percamos a agilidade e a noção de necessidade que deve permear a escolha dos conteúdos.

Dessa forma, verificamos que alguns princípios podem ser colhidos, visando facilitar a nossa ação:

1) PRINCÍPIO DA REALIDADE

O currículo deve estar afeto a uma visão de futuro e de perspectivas da área formativa à qual se propõe, tanto no enfoque universal quanto no local. Deve partir da situação real da demanda formativa, para supri-la em um primeiro momento, sem perder de vista os interesses mais abrangentes da área e a necessária utopia da qualidade e da excelência. Dessa forma, o currículo deve dar uma visão científica do objeto e, nesta medida, ser um guia para compreender o mundo e um instrumento eficaz para a transformação desse mundo; logo, deve ser calcado numa filosofia científica, que, por um lado, sustenta a formação de um novo homem e a sociedade do futuro, e, por outro lado, que dê condições para o desenvolvimento das mais diversas manifestações culturais.

Não deve restringir-se apenas à base profissional, e sim ir além, colocando-se como um instrumento de formação global, de forma a possibilitar ao aluno as próprias condições de superação do conhecimento posto.

A busca das relações e inter-relações deve ser marca distintiva na elaboração desse modelo de currículo unificado por áreas de conhecimento.

2) PRINCÍPIO DA SELETIVIDADE

Tendo por base a discussão de uma determinada aprendizagem a desenvolver, devemos verificar os seus conteúdos fundamentais, tendo como referência a relação temporal existente. A busca inesgotável e ansiosa de conteúdos deve ser evitada o máximo possível, visando uma adequação justa com o perfil de uma clientela quase absolutamente trabalhadora e o desafio de se imprimir um ritmo novo e melhor à nossa prática. Verificamos ainda que o conhecimento supera a fragmentação conteudística do saber, abrindo caminho para a compreensão dos fenômenos naturais e sociais na globalidade dos processos em que se inserem. Ressaltamos, por fim, a ideia

de que as ementas devem ser amplas para atender às peculiaridades regionais, escapando à mera e insuficiente regionalização de um dado saber.

3) PRINCÍPIO DA INTENCIONALIDADE

Devemos refletir sobre o currículo existente a partir das suas premissas menos óbvias, explicitando-as e deixando evidenciadas suas eventuais falhas ou acertos. A intenção das mudanças deve ser transparente para todos os seus agentes.

As propostas devem estar contidas na macrovisão dos objetivos finais que se propõe alcançar.

4) PRINCÍPIO DA SOCIALIZAÇÃO

Pela pretensão regionalizante, devemos pensar em uma programação descentralizada e participativa de todo coletivo das áreas de atuação da universidade na discussão e proposituras iniciais. A busca de soluções consensuais entendemos como condição da elaboração coletiva. Não podemos nos conduzir pelo erro de não considerar todo o leque de experiências dos acadêmicos, verificando possíveis incidências diretas ou indiretas na proposta curricular. Aos CODICs cabe, no primeiro

momento, a sistematização e adequação legal dos modelos propostos, sendo possível avançarmos para a constituição de grupos multidisciplinares a serem incumbidos das tarefas preliminares de elaboração de uma proposta básica para subsidiar as discussões.

5) PRINCÍPIO DA ORGANIZAÇÃO

Devemos perseguir a funcionalidade na elaboração dos calendários e datas de discussões, evitando ao máximo possível a interferência na programação do calendário acadêmico, para evitar prejuízos no transcurso do semestre. A sistematicidade é outro aspecto vital para o bom andamento dos debates, com anotações permanentes e registros de todos os aspectos fundamentais tratados. A busca da eficácia é essencial como preventivo às frustrações de inconclusas e inacabáveis discussões.

6) PRINCÍPIO DA PROVISORIEDADE

Devemos previamente assumir a imperfeição do produto final, mesmo antes de conhecê-lo. Isso decorre da própria práxis que caminha para uma

visão crítica no processo, dando condições para que refaçamos a ideia norteadora dessa mesma práxis. Não estamos erigindo um totem e nem participando de uma construção perfeita e imutável. Tal sentimento deve ser inerente à dialética comum aos processos educacionais. Mas isso não significa, *a priori*, que não poderemos ou deveremos alcançar o melhor resultado possível diante dos nossos atuais conhecimentos e das perspectivas deste tempo presente.

7) PRINCÍPIO DAS ONDAS CONCÊNTRICAS

Para chegarmos à discussão curricular, é preciso que tenhamos claro os nossos precedentes, entre os quais citaríamos como fundamentais os entornos: ambiental, social, humano e econômico em que se situa cada câmpus e respectivas áreas formativas.

8) PRINCÍPIO DO PODER DE DECISÃO

Responsabilidade, compromisso e competência são premissas para o saudável exercício da decisão coletiva. A participação de todos deve ser orientada com uma pauta prévia que possibilite a verticalização dos debates e a fuga da superficialidade. É importante

clarificar que o currículo proposto vai não apenas influenciar a formação dos já matriculados, como orientar a dos que se matricularão. Se possível, seria interessante a presença de representantes de alunos e professores do ensino médio, nos cursos que possibilitarem essa interação.



Buscar parcerias superando as fronteiras de geografia e classe, nacionalidade e cor ideológica, transcender as divergências para forjar uma confluência de fazeres construtivos e reais.

Encontrar mãos dispostas à edificação.

Dar as mãos.

Caminbar.